

Força do real preocupa FH

FABIANO LANA E PAULO MUSSI

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o Brasil poderia estar livre da crise caso o Congresso tivesse votado antes as reformas do estado. "Com as reformas aprovadas, talvez não precisássemos de medidas tão duras. Continuaremos a luta por ela", criticou o presidente, durante pronunciamento em que tentou explicar as intenções das medidas econômicas e revelou a intenção de introduzir mudanças no imposto de renda para as pessoas jurídicas.

A pouco mais de um ano das eleições, Fernando Henrique reafirmou que sua principal preocupação é a estabilidade da moeda. "Por certo as medidas podem acarretar popularidade ao presidente, mas o presidente está preocupado com o povo do Brasil", disse. "O povo é o primeiro a saber que sem o Real, sem uma moeda forte e estável, a inflação é o pior dos impostos".

Tentando atenuar o impacto do aumento de tributos para a pessoa física, Fernando Henrique disse que apenas 8% dos brasileiros pagam imposto de renda e mesmo assim irá tomar "cuidado" com essa parcela da população. "A classe média já tem sofrido muito. Nós não podemos deixar de prestar atenção às agruras da classe média", afirmou, lembrando que as medidas não vão recair sobre um único setor da sociedade.

Outro objetivo das medidas, segundo o presidente, é conquistar novamente a confiança dos mercados nacionais e internacionais, para baixar as taxas de juros o mais rápido possível. Para Fernando Henrique, as decisões tomadas em nenhum momento alteram os planos do governo na área econômica. "Estamos aprofundando o que estávamos fazendo e acelerando, devido ao clima de insegurança. A política do Brasil é uma, não vai mudar ao sabor de alguma modificação momentânea de estado de espírito com relação ao país. Estamos mostrando decisão, capacidade de agir no momento oportuno".

O presidente lembrou mais uma vez a intenção do governo de incentivar as exportações para permitir o equilíbrio das contas externas. "Vamos continuar a combater o superfaturamento do comércio exterior, o combate à lavagem de dinheiro. As medidas estão no Congresso." Para o presidente, com as medidas, também haverá menor demanda nas importações. "Previ-

sões dos pessimistas, de que nós iríamos ter, no fim do ano, um déficit da balança comercial de até US\$ 15 bilhões se mostram insubstinentes porque, no máximo, nós vamos chegar a US\$ 9 ou US\$ 10 bilhões".

O presidente fez questão de frisar que os cortes não atingirão as áreas sociais como saúde, educação, assistência social e reforma agrária. "Não é preciso temer qualquer abalo na cesta básica, aquilo que conta para o povo, que é comida, que é o valor do seu trabalho, não será afetado por essas medidas". Num esforço para combater os que não acreditam no governo, FH afirmou que "o Brasil é um país que desmoraliza os pessimistas".

Mesmo o aumento dos combustíveis, segundo o presidente, não terá qualquer impacto na volta da inflação. "A Fipe já calculou em 0,21%, ou seja, praticamente nada, a incidência desse pequeno ajuste sobre a inflação no primeiro mês". Enfim, Fernando Henrique pediu à sociedade para apoiar o governo. "A população tem que entender que este é um esforço para retornarmos a crescer".

O presidente disse estar surpreendido com o número de 100 mil funcionários aposentados que não se cadastraram no Banco do Brasil. "Depois de um aviso no contracheque, daqueles que não se cadastrarem, nós suspenderemos esses pagamentos, porque são ilícitos".

Para o presidente, não havia possibilidade de o governo ser omisso ou ter dúvidas com relação às medidas como aconteceu na Ásia, onde houve desvalorizações de 40% da moeda. "Com essas medidas, ganharemos mais confiança e os juros vão cair". O presidente afirmou que já está traçando o caminho correto desde a sua posse, quando assumiu com um déficit público em torno de 5% do PIB que, segundo ele, já foi reduzido para 3%.

Logo após fazer o pronunciamento, Fernando Henrique recebeu da cúpula tucana uma carta de solidariedade às medidas tomadas pela equipe econômica. A nota, entregue pelo presidente do PSDB, senador Teotônio Vilela e pelos líderes do governo na Câmara e no Senado, deputado Aécio Neves e senador José Roberto Arruda, reafirma a necessidade de as reformas serem aprovadas urgentemente: "O PSDB sempre deu o seu apoio à aprovação das reformas no Parlamento, nunca as deformou e nem aceitou o jogo da troca de favores para aprová-las".



Presidente vê pacote como reafirmação do rumo do e mostra atenção com "agruras da classe média"